

OS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE ABALARAM O INÍCIO DA REPÚBLICA NO BRASIL: O CANGAÇO, A GUERRA DE CANUDOS, A GUERRA DO CONTESTADO, A REVOLTA DA VACINA E A REVOLTA DA CHIBATA

1. PELA FORÇA DAS ARMAS E DA FÉ.

As mudanças e modernizações trazidas pela República beneficiaram basicamente as elites e as classes médias das cidades. Para a grande maioria dos brasileiros, moradores da área rural, a miséria, a exploração e a falta de assistência por parte do governo não se alteraram com o novo regime. Para o povo pobre do Nordeste, em especial, o final do Império e os primeiros tempos da República foram épocas muito difíceis, pois a decadência econômica e as secas periódicas diminuíram as possibilidades de trabalho e levaram milhares de famílias à miséria. Esquecidas pelas oligarquias dominantes e oprimidas pelo poder dos coronéis, as populações do sertão nordestino procuraram no cangaço e no fervor religioso refúgio para a miséria e a injustiça.

O cangaço, surgido na época do Império, difundiu-se com a grande seca de 1877. O cangaceiro era o homem do povo que se tornou fora da lei como forma de vingança por ofensa, desonra ou injustiça cometida por fazendeiros ou policiais contra ele ou sua família. Bandos de cangaceiros, com 3 a 100 homens armados, perambulavam pelo interior nordestino atacando fazendas, povoados e cidades em busca de armas, munição, dinheiro, cavalos, mantimentos, bebidas, roupas e outros.

Por assaltarem de preferência os ricos e as autoridades e, algumas vezes, darem aos pobres parte do que roubavam, os cangaceiros eram vistos pelo povo como “justiceiros e heróis. Sua origem, atitude e objetivo de luta tornaram-nos bandidos sociais. Mas alguns cangaceiros prestaram serviços para alguns fazendeiros e negociantes, que lhes pagavam para eliminar ou prejudicar adversários.

Buscando conforto espiritual para seus problemas, muitos sertanejos se voltaram para uma vida de devoção, seguindo os ensinamentos de alguns líderes religiosos. Um desses líderes foi o padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro, no interior do Ceará, cujas fervorosas pregações impressionaram o povo da região. Em 1889, um fato extraordinário deu-lhe fama de “santo milagreiro”. Desde então, milhares de pessoas se dirigiram ao pequeno povoado à procura do Padim Ciço”.

O aumento populacional de Juazeiro trouxe o crescimento do comércio e das atividades agrícolas e artesanais. O povoado virou município, e padre Cícero foi seu primeiro prefeito. O prestígio que tinha junto ao povo fez do sacerdote um importante chefe político, respeitado pelos coronéis locais. Tornou-se também um rico latifundiário, dono de fazendas e sítios.

2. A GUERRA DE CANUDOS

No início do século XX, alguns pregadores percorriam o sertão, anunciando a chegada de tempos novos, sem fome e sem opressão – tempos de paz, justiça e felicidade. Esses pregadores comoviam a população e ganhavam seguidores. Um desses líderes messiânicos, Antônio Conselheiro, começou a pregar em 1870 e em pouco tempo reuniu centenas de fiéis, impressionados com suas palavras, conduta piedosa e sua fama de homem santo.

Durante mais de vinte anos, ele peregrinou com seus seguidores pelo interior do Ceará, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe, pregando e reformando igrejas e cemitérios. Em

1893, ele decidiu fixar-se na região de Canudos, na Bahia, e ali fundou a cidade de Belo Monte. Os moradores levam uma vida simples, mas sem miséria e fome. Plantavam milho, feijão, mandioca, batata e cana. Criavam cabras e delas obtinham leite, carne e couro. Cada família entregava um terço do que produzia para o sustento da comunidade.

Canudos chegou a ter cerca de 25.000 habitantes. Era uma grande massa de pobres do sertão, trabalhadores rurais sem posses. Os fazendeiros e os coronéis baianos ficaram assustados com a perda de mão-de-obra barata e com a diminuição de seus “currais eleitorais”. Os jornais divulgavam que canudos era povoado por fanáticos perigosos e que o conselheiro era monarquista e, portanto, uma ameaça à República. As autoridades religiosas também temiam o prestígio popular do conselheiro e concordaram que era preciso acabar com o movimento de fiéis à sua volta.

De novembro de 1896 a outubro de 1897, quatro expedições militares, cada vez maiores e mais bem armadas, foram enviadas para Canudos. Os seguidores do conselheiro resistiram com bravura, usando armadilhas e organizando ataques de surpresa. Para o governo, destruir Canudos virou uma questão de honra. Em setembro de 1897, Canudos foi cercada e bombardeada. A cidade resistiu durante 12 dias, sem se render, até ser inteiramente arrasada. Calcula-se que, no total, morreram 10.000 pessoas. Foi um dos mais sangrentos conflitos armados do Brasil.

Em 1969, as águas da barragem de Cocorobó inundaram as ruínas de Canudos. A população, transferida para outro local, também chamado Canudos, continua convivendo com a fome, a miséria, a ignorância (60% das pessoas acima de 15 anos são analfabetas) e a indiferença dos governos. Na época de secas prolongadas, o recuo das águas faz aparecer as ruínas da vila de Antônio Conselheiro.

3. GUERRA DO CONTESTADO

Poucos anos depois da destruição de Canudos, surgiu outro movimento messiânico, dessa vez no sul do país, em uma área disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná (por isso chamada contestado). Nessa região, os coronéis expandiam suas fazendas de gados e erva-mate, expulsando posseiros e índios.

A partir de 1910, a situação se agravou. A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, que passava pela região do Contestado, desalojou centenas de famílias. Terminada a obra, os 8.000 trabalhadores contratados foram demitidos. Na mesma época, uma grande empresa norte-americana adquiriu 180.000 hectares de terras para explorar madeira na região, expulsando mais famílias e arruinando os pequenos serradores e madeireiros locais.

Oprimidos pelos coronéis e expulsos de suas terras, os trabalhadores buscaram conforto nas pregações de beatos que perambulavam pela região, profetizando o fim do sofrimento e o início sem fome e nem miséria. Um deles, o “monge” José Maria, causou forte impressão ao povo ao anunciar a proximidade da “guerra de São Sebastião”, que levaria ao fim do mundo. Criticando a república, José Maria dizia-se escolhido por Deus para construir, na terra, a Monarquia Celeste.

Em agosto de 1912, o monge José Maria e centenas de seguidores se fixaram no povoado de Taquaraçu, em Santa Catarina. Incomodados com aquela aglomeração popular, os

fazendeiros locais pediram ajuda ao governo, acusando os fiéis de monarquistas. Ameaçados pela polícia, os crentes se afastaram e seguiram para Campos de Irani, no município paranaense de Palmas, onde se instalaram. Mas foram perseguidos e atacados por tropas da polícia militar paranaense. José Maria e muitos outros fiéis foram mortos.

A morte do monge não extinguiu o movimento. Acreditando na ressurreição de José Maria, os crentes se organizaram ao redor de videntes que diziam receber instruções do monge. Milhares de pessoas aderiram ao movimento formando numerosos redutos, as “vilas santas”. A repressão policial e militar também cresceu. Entre 1913 e 1915, forças policiais de Santa Catarina e do Paraná (reforçados por capangas dos Coronéis) e tropas do Exército atacaram os redutos com canhões, metralhadoras e até aviões. A guerra acabou com o extermínio dos crentes. Logo após, em outubro de 1916, os governadores de Santa Catarina e Paraná assinaram um acordo de limites, pondo fim ao Contestado.

4. A REVOLTA DA VACINA

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, apesar de possuir belos palacetes e casarões, tinha graves problemas urbanos: rede insuficiente de água e esgoto, coleta precária de lixo e cortiços super povoados. Nesse ambiente proliferavam muitas doenças, como a tuberculose, o sarampo, o tifo e a hanseníase. Sobretudo alastravam-se as grandes epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica.

Decidido a sanear e modernizar a cidade, o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) deu plenos poderes ao prefeito Pereira Passos (1902-1906) e ao médico Oswaldo Cruz, então diretor da Saúde Pública, para executarem um grande projeto sanitário. O prefeito pôs em prática uma ampla reforma urbana, que ficou conhecida como “bota abaixo”, por causa das demolições de velhos prédios e cortiços, que deram lugar a grandes avenidas, edifícios novos e jardins. Milhares de pessoas pobres foram desalojadas à força e viram-se obrigadas a morar nos morros e na periferia, dando origem às favelas nos morros da zona sul da cidade.

Oswaldo Cruz criou as Brigadas Mata-Mosquitos, grupos de funcionários do Serviço Sanitário que invadiam as casas para desinfecção e extermínio dos mosquitos transmissores da febre amarela. Iniciou também uma campanha de extermínio de ratos, transmissores da peste bubônica, espalhando raticida pela cidade e mandando o povo recolher o lixo. Para erradicar a varíola, Oswaldo Cruz convenceu o Congresso a aprovar a Lei da Vacina Obrigatória, de 31 de outubro de 1904.

A população estava aturdida e descontente: a cidade parecia em ruínas, muitos perdiam suas casas e outros tantos tiveram seus lares invadidos pelos mata-mosquitos, que agiam acompanhados por policiais. Os jornais da oposição criticavam a ação do governo e falavam de supostos perigos causados pela vacina. A aprovação da lei acabou sendo o estopim da revolta. Entre os dias 10 e 16 de novembro, a cidade virou um campo de guerra. A população exaltada depredou lojas, virou e incendiou bondes, arrancou trilhos, quebrou postes e atacou as tropas da polícia com pedras, paus e pedaços de ferro.

A reação popular levou o governo a suspender a obrigatoriedade da vacina e a decretar estado de sítio em 16 de novembro de 1904. Centenas de pessoas foram presas e muitas deportadas para o Acre. A rebelião foi contida, deixando 30 mortos e 110 feridos.

5. REVOLTA DA CHIBATA

Em 1904, a Marinha de Guerra brasileira modernizou sua frota, adquirindo grandes navios couraçados, considerados os mais poderosos do mundo. Internamente, contudo, os oficiais mantinham um regimento disciplinar antiquado, o mesmo do início do Império. Os marinheiros eram submetidos a trabalhos excessivos, recebiam alimentação insuficiente, ganhavam soldos muito baixos e sofriam castigos físicos, entre eles, a chibata. Grande parte dos homens, de origem humilde, na maioria mulatos e negros, fora recrutada à força, como pretexto de se tratar de marginais, desocupados ou desordeiros. Os oficiais, todos brancos, pertenciam em geral a famílias ricas, acostumadas a tratar negros e mulatos como escravos.

E durante o treinamento na Grã-Bretanha para o manejo dos navios recém-adquiridos, os marujos brasileiros entraram em contato com marinheiros de outros países. Puderam então comparar as condições de trabalho e ganharam coragem para lutar por um tratamento mais digno e humano.

Em 22 de novembro de 1910, diante da tortura sofrida por um colega, os marinheiros do couraçado Minas Gerais se rebelaram. Seu líder, João Cândido, ficou conhecido como o Almirante Negro. Em poucas horas, a rebelião se estendeu a todos os navios fundeados na baía de Guanabara. Após curto combate, no qual morreram alguns oficiais e marinheiros, os rebeldes eram senhores da situação.

Os revoltosos enviaram uma mensagem ao presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914), exigindo o fim dos castigos físicos, aumento do soldo, melhores condições de trabalho e anistia pela rebelião. Ameaçavam bombardear a cidade se não fossem atendidos. Depois de quatro dias de negociações, o presidente aceitou as reivindicações dos rebeldes, desde que eles depusessem as armas. Os marinheiros cumpriram a palavra e entregaram os navios. O governo federal, por sua vez, não cumpriu sua parte no acordo e ignorou a anistia prometida. Poucos dias depois, puniu os marinheiros que se rebelaram com expulsão, prisão e deportação para a Amazônia. João Cândido, com 17 outros marinheiros, ficou preso no presídio da Marinha na ilha das Cobras, baía de Guanabara. Somente ele e um companheiro sobreviveram aos maus-tratos na prisão.

Apesar do desfecho trágico, a revolta acabou vitoriosa, pois os castigos físicos foram suprimidos e as condições de trabalho dos marinheiros melhoraram.